

Os estudos acadêmicos sobre pesquisa e ensino de Sociologia, conduzem à compreensão de que a disciplina de Sociologia na escola de nível médio ocupa lugar privilegiado para a desnaturalização de discriminações e preconceitos sociais, tornando-se assim um importante instrumento para o enfrentamento a preconceitos étnicos. A legislação em vigor fortalece essa interpretação. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000) delegam ao ensino de ciências sociais (sociologia) a competência de possibilitar ao aluno transpor uma postura etnocêntrica que produz atitudes preconceituosas e discriminatórias, sobretudo ao lidar com diferenças e com minorias sociais, tendo como referência a prática de relativizar a realidade social. As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006) instituem como papel central do pensamento sociológico a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais, assim como o estranhamento dos mesmos, de forma que as ações humanas (coletivas ou individuais), a estrutura social, a organização política, etc. sejam submetidas à problematização. As Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais (2006) têm a pretensão de elaborar uma proposta de matriz curricular redirecionando e organizando a dinâmica escolar, de modo que o fazer pedagógico seja um fazer político detectando e enfrentando as diversas formas de racismo e a valorização da diversidade étnico-racial na escola. Diante disso, é importante conhecer a ótica de professores da Educação Básica sobre o tema, a fim de verificar de que maneira a escola, uma instituição social tradicional, vem vivenciando a questão para além dos programas de ensino e daquilo que a legislação indica. Em outros termos, interessa compreender como atores sociais fundamentais na escola, os professores, mostram seus pontos de vista e suas práticas relativamente à questão do preconceito étnico-racial e socioeconômico. O objetivo é analisar de que maneira os professores de escolas públicas do RS revelam-se na condição de atores sociais por meio de escolhas que podem envolver preconceitos étnico-raciais e socioeconômicos. A metodologia da investigação inclui a coleta de dados junto aos professores de Ensino Básico que atuam em escolas públicas do RS e matricularam-se no Curso de Especialização Educação para a Diversidade, oferecido pela FAGED/UFRGS. A organização e a análise do conteúdo ocorrem a partir das noções teóricas e legais, organizadas em categorias. A hipótese é de que, mesmo entre professores interessados no tema da diversidade, predominam formas de interpretar e classificar práticas e valores de alunos/crianças/adolescentes como construção natural ao invés de construção social (Guimarães, 1999). As principais noções que inspiram a investigação são cultura (Laraia, 2009), escola como instituição (Bourdieu, 2008) e raça (Guimarães, 1999). Esta última noção é entendida numa perspectiva de desconstruir o fundamento biológico da noção de raça, ou seja, as subdivisões da espécie humana identificadas geneticamente e que correspondem a atributos físicos, psicológicos, morais e intelectuais distintos. Trata-se de uma teorização de um conceito sociológico de raça, como construtos sociais, formas de identidade socialmente construídas que reproduzem diferenças e privilégios. Este recorte da pesquisa está em fase de estudos teóricos e ações para coleta de dados, portanto, ainda não pode apresentar resultados.